

PANORAMA EUA

VOL. 16, Nº 10, FEV.-MAR. 2025

Para além da Meta: liberdade para coletar e agir



OPEU
OBSERVATÓRIO POLÍTICO
DOS ESTADOS UNIDOS



INCT
INEU
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS
SOBRE OS ESTADOS UNIDOS
NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE
AND TECHNOLOGY FOR STUDIES
ON THE UNITED STATES



PANORAMA EUA

OBSERVATÓRIO POLÍTICO DOS ESTADOS UNIDOS
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARA ESTUDOS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS – INCT-INEU

ISSN 2317-7977

VOL. 16, Nº 10, FEV.-MAR. 2025

CORPO EDITORIAL

DIRETOR: Sebastião Velasco e Cruz

EDITORA: Tatiana Teixeira

www.opec.org.br

Para além da Meta: liberdade para coletar e agir

Por Marcus Tavares e Matheus Brandão¹ [[Panorama EUA](#)]

Quando, em 7 de janeiro de 2025, Mark E. Zuckerberg, acionista majoritário do grupo Meta – composto por empresas como Facebook, Instagram e WhatsApp, entre outras –, comunicou o [fim da ferramenta de checagem de fatos](#) nas plataformas pertencentes ao conglomerado, ficou mais evidente uma mudança de rota da *Big Tech*, o que suscitou uma série de perguntas. O que a mudança significa? Qual a razão da mudança? Quais as consequências dela? Essas perguntas instigam o presente texto e a elas se busca responder para além da obviedade. É importante ressaltar que esses questionamentos ganharam maior relevância somente após a presença maciça de figuras importantes dos maiores conglomerados transnacionais do ramo tecnológico associado à Internet na [posse do segundo mandato](#) do presidente Donald Trump.

O evento da posse, em 20 de janeiro de 2025, contou com Mark Zuckerberg (Meta), Jeff Bezos (Amazon), Tim Cook (Apple), Sundar Pichai (Google) e Elon Musk (Tesla e SpaceX), notavelmente posicionados à frente dos indicados aos gabinetes. Essa simbólica disposição pode ser interpretada como indicativa da influência significativa que essas gigantes da tecnologia exercem sobre a administração atual. Entretanto, parece-nos um erro tanto entender que essa influência se dá de forma meramente impositiva de algum dos dois lados quanto ignorar que exista a possibilidade de ganhos vindos de atividades sinérgicas entre as *Big Techs*, o governo Trump e o próprio Estado – para além do seu atual presidente. Assim, o presente texto, embora apresente ganhos isolados de cada conjunto de atores, intenciona, sobretudo, lançar luz sobre os ganhos derivados da dimensão cooperativa entre os agrupamentos.

A mudança ideológica – o que de fato significa?

Em sua declaração, Zuckerberg disse que os [moderadores profissionais](#) utilizados até então eram “muito tendenciosos politicamente” e era hora de voltar às raízes da companhia, em torno da liberdade de expressão. Ele também anunciou o [fim de políticas de diversidade](#) dentro de sua empresa. Além disso, Mark Zuckerberg reconfigurou sua relação com Donald Trump, desde que o presidente eleito criticou o grupo Meta e chamou a *Big Tech* de “inimiga do povo” em 2024.

Entre outros gestos do Grupo Meta que podem ser citados e que somam ao quadro descrito, estão o anúncio de que [Dana White](#), presidente do UFC e apoiador de Trump, foi nomeado para o conselho administrativo da Meta, e a reformulação da liderança estratégica da Meta, substituindo-se Nick Clegg, ex-executivo liberal-democrata, por [Joel Kaplan](#), um republicano com histórico de atuação política no governo George W. Bush.

¹ [Marcus Tavares](#) é pesquisador voluntário do OPEU/INCT-INEU na área de economia, doutorando e mestre em Economia Política Internacional no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro ([PEPI/UFRJ](#)) e bacharel em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais e Defesa ([IRID/UFRJ](#)). Contato: marcus.tavares1987@yahoo.com.br.

[Matheus Brandão](#) é mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro ([IRI-PUC Rio](#)) e bacharel em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais e Defesa ([IRID/UFRJ](#)). Contato: matheus.bs@terra.com.br.

Além disso, Kaplan, que liderou o diálogo da empresa com o Partido Republicano, anunciou mudanças nas políticas de checagem de conteúdo no Facebook e Instagram durante uma entrevista ao programa [Fox & Friends](#), amplamente associado a Trump.

Zuckerberg justificou as decisões, afirmando que “as eleições mais recentes parecem sinalizar um ponto de virada cultural para dar prioridade à liberdade de expressão”. Essa reaproximação incluiu um jantar entre os dois em Mar-a-Lago, em novembro de 2024, e uma doação de [US\\$ 1 milhão para o evento da posse](#) do presidente dos EUA, ao lado de outras *Big Techs*. Embora doações de grandes corporações para as comemorações de posses presidenciais sejam uma prática, a contribuição do grupo Meta, assim como de outros conglomerados tecnológicos, solidifica a interpretação de um cenário de aproximação entre as *Big Techs* estadunidenses, o governante eleito e os ideais defendidos por ele e sua base eleitoral, assim como as mudanças corporativas supramencionadas também sugerem.

As mudanças anunciadas se adequam a visões da extrema direita. No tocante à primeira guinada citada, a defesa da liberdade de expressão no trumpismo está amplamente conectada à ideia de combater o que seus defensores consideram censura de vozes conservadoras. Frequentemente, as plataformas de mídias sociais e outras entidades tecnológicas foram consideradas como partidárias de vieses antagônicos a posições conservadoras. Quanto à segunda alteração de políticas da companhia, vê-se um alinhamento com a crítica trumpista à denominada “agenda *woke*” – que é marcada pela busca por justiça social no tocante a raça, gênero e outras identidades. O argumento desse grupo é que a agenda *woke* não busca igualdade, mas sim uma forma de imposição cultural que prejudica os valores tradicionais e fragmenta a sociedade estadunidense.

Em consonância com esses ideais basilares supramencionados, o presidente Donald Trump vem implementando, desde sua posse em 20 de janeiro de 2025, uma série de políticas direcionadas a defender sua visão de liberdade de expressão e combater a agenda *woke*.

No primeiro dia de seu novo mandato, Trump assinou uma Ordem Executiva chamada “[Restaurando a liberdade de expressão e acabando com a censura federal](#)”. A medida proíbe qualquer entidade ou indivíduo do governo federal de utilizar recursos governamentais para infringir os direitos de liberdade de expressão dos estadunidenses. A ordem também determina investigações sobre atividades anteriores de repressão e busca desmantelar o que chama de estruturas governamentais que promovam a supressão de opiniões.

Além disso, em seu [discurso de posse](#), Trump declarou que seu governo reconhecerá oficialmente apenas dois gêneros: masculino e feminino. Ele afirmou também que buscará criar uma sociedade “daltônica” baseada no mérito, indicando uma oposição a políticas que promovam a isonomia forjada em raça ou identidade de gênero, políticas de diversidade similares às encerradas pela Meta. De modo que as mudanças do grupo Meta ofertam vasta gama de elementos para a conclusão de que elas significam um alinhamento ideológico entre a companhia e o novo governo dos Estados Unidos. Entretanto, essa dedução conduz à pergunta seguinte: qual a sua razão?

Liberdade, sim! Mas para quem?

Antes de falarmos das potenciais razões para uma suposta guinada à extrema direita de uma instituição que, há poucos anos, posicionou-se publicamente [contra o modus](#)

operandi das redes sociais a favor de proteger a comunidade das suas plataformas contra abusos e discursos de ódio, é fundamental ancorar em que ponto o anúncio de Zuckerberg se situa. Isso é importante para analisar o *slogan* estadunidense da liberdade de expressão absoluta, o “*Free speech*” — que para além de chamativo incitante, é princípio expresso na Primeira Emenda, que declara que “*O Congresso não fará nenhuma lei que [...] restrinja a liberdade de expressão ou da imprensa*”.

A compreensão sobre o fenômeno das redes sociais digitais precisa ser examinada como uma equiparação a uma realidade alternativa à vivenciada no apogeu das mídias hoje chamadas de tradicionais. Mais especificamente, durante mais de um século, os meios de comunicação propunham a transmissão de conteúdos antecipadamente roteirizados, em que as informações fornecidas eram previamente delimitadas e examinadas. Ou seja, as mídias eram temporalmente disciplinadas e requeriam isso dos seus telespectadores. Exemplos disso eram a programação da rádio, catálogos de televisão e filmes que estavam em cartaz no cinema, bem como todas as suas eventuais informações técnicas, como duração e conteúdo, a serem observadas naquela programação.

Em suma, a imagem do século passado remete ao [Panóptico de Bentham](#), em que as grandes mídias prosperavam ao propagarem os interesses de seus governos nacionais e de determinados grupos, o que disciplinava seus espectadores não só por meio do tempo dos espectadores, mas também do seu acesso à informação.

Por sua vez, as redes sociais apresentam uma nova configuração desse mecanismo de vigilância. Em contraste com o modelo centralizado, o Panóptico cibernético se fragmenta em múltiplos observadores – algoritmos, moderadores e os próprios usuários –, que monitoram continuamente as interações e comportamentos. Essa dinâmica altera a disciplina tradicional, que era temporal, para uma lógica comportamental, em que a exposição constante e o rastreamento das interações se tornam instrumentos de controle.

Sendo assim, o que se assiste na ascensão das redes sociais digitais é, ao mesmo tempo, a ruptura e a continuidade das chamadas mídias tradicionais. Por um lado, há a ruptura, pois a transmissão de informações deixa de ser uma via vertical (emissor para receptor) e se transforma em uma rede horizontal onde todo usuário pode produzir e disseminar conteúdo, bem como pelo fato de as *Big Techs* não se responsabilizarem por quaisquer informações. Por outro, persiste a continuidade: as plataformas digitais pertencem a grandes conglomerados econômicos – como Meta e Google – que, ao monetizarem dados, replicam o controle sobre as “celas digitais” onde a sociedade se observa e se disciplina mutuamente.

O paradoxo da liberdade vigilante se revela na contradição de que, embora as redes sociais promovam a ilusão de autonomia e liberdade de expressão, elas também convertem essa liberdade em matéria-prima para mecanismos de controle. Assim, o modelo panóptico não é descartado, mas reconfigurado: hoje, cada usuário é simultaneamente carcereiro e prisioneiro, em um sistema que, apesar de se apresentar como livre, mantém estruturas profundas de vigilância e disciplina.

As mídias sociais são criadas dentro de um nível da Internet chamado *Surface Web*, que, apesar de concentrar quase todas as *Big Techs*, é um espaço minúsculo em comparação à *Deep Web*. A *Surface Web* é construída sobre o pilar, no qual o acesso e as informações nela contidas são públicos e, portanto, seus usuários são passíveis de serem identificados. Em contrapartida, a [Deep Web](#) é anônima e descentralizada,

sendo quase impossível rastrear quem ali está. Por esse motivo, tornou-se o espaço propício para a produção e a disseminação de conteúdos extremistas discriminatórios, por meio da promoção de conteúdos e fóruns que atentam contra a dignidade humana nas mais distintas esferas e níveis.

Um ponto importante a se observar é que o discurso de Zuckerberg evidencia que o grupo Meta será mais condescendente com a ausência de regulação, com a infração assumida das regulamentações de nações com ordenamento distinto dos EUA e com a garantia de sigilo aos infratores, resguardando-se juridicamente das potenciais consequências que a propagação de discursos que se beneficiem da ausência da checagem de fatos possa gerar à ordem social. De modo que as medidas anunciadas acabam por diminuir a distinção e os efeitos práticos da veiculação de informações passíveis de verificação entre as duas “camadas” da Internet, mas também liberta o grupo tecnológico da responsabilização jurídica e dos consequentes custos operacionais da estrutura de checagem de fatos. Parece-nos, porém, um grave erro parar a nossa análise por aqui.

Algoritmos, *microtargeting* e o jogo de ganha-ganha

Alguns acontecimentos, como a Primavera Árabe (2010), a Jornada de Junho no Brasil (2013), a invasão do Capitólio dos EUA (2021) e a invasão do Congresso Brasileiro (2023), foram episódios que evidenciaram como as redes sociais podem ser plataformas que permitem a articulação de pessoas em prol de manifestações políticas para além das fronteiras digitais, demonstrando que, apesar de as mídias digitais serem distintas das demais, também são capazes de impulsionar indivíduos a se organizarem por uma causa comum.

Ao olharmos retrospectivamente para a trajetória da Internet, a ideia de neutralidade rui – sobretudo, ao se pensar em sua dimensão política – diante de episódios como o escândalo da [Cambridge Analytica](#), em 2018. O caso expôs a fragilidade das salvaguardas digitais e evidenciou como a coleta maciça de dados, combinada a técnicas avançadas de análise preditiva, pode interferir e até mesmo remodelar processos democráticos.

O *modus operandi* da empresa de consultoria política britânica Cambridge Analytica se baseou na aplicação de modelos neurocognitivos sofisticados, que, ao decodificarem padrões comportamentais extraídos das interações em ambientes digitais, permitiram inferências preditivas sobre preferências individuais. Esse aparato analítico foi instrumentalizado para construir conteúdos altamente segmentados, projetados para ressoar emocionalmente com diferentes perfis de eleitores (*microtargeting político*). Essa estratégia, embora tecnicamente impressionante, representa uma erosão preocupante da autonomia individual, transformando cidadãos em alvos passivos de manipulação psicológica.

A arquitetura de persuasão digital revelada no escândalo transcendeu as tradicionais campanhas eleitorais ao operar na zona cinzenta entre publicidade, manipulação psicológica e engenharia social, tornando-se assim peça-chave para a ascensão de líderes da extrema direita ao redor do mundo. A tecnologia, nesse contexto, evidencia não ser um instrumento neutro, mas um vetor ativo de polarização e desinformação.

A alegação do grupo Meta de desconhecimento quanto à apropriação indevida das informações de milhões de usuários por uma instituição privada não apenas levanta dúvidas sobre a responsabilidade das plataformas na gestão da privacidade, mas também revela a profundidade da convivência estrutural entre corporações tecnológicas e projetos políticos. Essa relação simbiótica entre tecnologia e poder político expôs uma crise

de responsabilidade, na qual as grandes plataformas se beneficiaram e ainda se beneficiam de um vácuo regulatório em um meio onde o que se vê são as *Big Techs* se esquivando do que deveriam ser suas responsabilidades éticas e legais.

Importante ressaltar que as redes sociais digitais ascenderam com a premissa de que qualquer pessoa poderia não somente se expressar, mas criar e divulgar seu conteúdo livremente. A ideia romantizada de que todos têm voz e ela pode ser ecoada igualmente permeou o imaginário de usuários do mundo inteiro, o que gerou um *boom* no crescimento de suas plataformas.

Contudo, aquilo a que se assistiu nos anos seguintes foi o uso de algoritmos em massa desprovidos de neutralidade, programados para estruturar uma realidade alternativa, na qual todos poderiam falar, mas poucos teriam um elevado alcance. A hierarquização dos conteúdos expostos nas redes sociais foi organizada, seguindo primariamente o princípio econômico, ou seja, quanto maior o gasto com impulsionamento, maior o alcance de um conteúdo.

O segundo princípio vigente é o ideológico, pelo qual grupos com ideais políticos desalinhados com os vieses incutidos nos algoritmos acabam por ter seu alcance e tempo de exposição reduzidos, sem a necessidade de um banimento público. Esse método foi chamado de *shadowban*. Recentemente, esse [recurso foi utilizado](#) pela rede Instagram contra páginas e usuários que criticassem a política israelense com relação à Palestina, importante aliado dos EUA no Oriente Médio – o que demonstra uma lógica algorítmica imbuída da visão dos Estados Unidos e de sua política externa.

Conforme o apresentado tanto pelo caso da [Cambridge Analytica](#) quanto pelas próprias falas passadas de [Mark Zuckerberg](#), entende-se que, se, com as mídias tradicionais, os indivíduos assumiam uma posição de receptores da informação, estando impossibilitados de se conectarem a pessoas com interesses semelhantes, as redes sociais propiciaram à extrema direita a oportunidade de fornecer apoio transnacional e de criar canais de comunicação organizados para transmitir seus ideais em larga escala, sem enfrentar possíveis resistências jurídicas.

Outra conclusão diz respeito ao fato de que o princípio da neutralidade sobre a análise do conteúdo produzido e da liberdade de expressão — dois pilares majoritariamente defendidos pelas corporações detentoras de redes sociais — auxiliou na massificação das ideias mais alinhadas à extrema direita, visto que esses grupos enfrentam maior resistência de algumas mídias tradicionais na propagação de informações que possam atentar contra a ordem pública e/ou serem ofensivas a determinados grupos.

Os pontos anteriormente destacados conduziram a intensos debates no território estadunidense quanto à regulamentação para maior responsabilização das companhias e proteção dos dados dos usuários das plataformas das *Big Techs*. Nesse esteio, a Justiça dos Estados Unidos tem [atuado com ações antitruste](#) contra gigantes da tecnologia, como Amazon, Apple, Google e Meta.

A Meta, por exemplo, enfrenta acusações da Comissão Federal de Comércio (FTC, na sigla em inglês), que aponta as aquisições do Instagram (2012) e WhatsApp (2014) como estratégias para eliminar concorrentes em ascensão e reforçar o monopólio no mercado de redes sociais. A empresa, por sua vez, defende-se, afirmando que tais aquisições impulsionaram a inovação, e contesta a definição de mercado adotada pela

FTC. Em novembro de 2024, porém, um juiz rejeitou o pedido da Meta para encerrar o processo, aberto em 2020, prolongando a disputa judicial.

Em 2024, a Alphabet, controladora do Google, foi condenada por práticas monopolistas e [enfrenta pressão](#) para vender o navegador Chrome, em decisão liderada pelo Departamento de Justiça. O [papel presidencial](#) é crucial nesse contexto, de forma que Trump pode influenciar na aceleração ou na frenagem desses processos, em especial em um contexto no qual republicanos contam com maioria no Congresso e de juízes indicados pelo partido na Suprema Corte.

Ao se alinharem com Trump, a Meta e as demais *Big Techs* parecem intentar mitigar riscos oriundos de um cenário de intensos debates sobre as regulações de suas atividades. Por sua vez, a guinada ideológica das *Big Techs* oferta a Donald Trump e sua base política de extrema direita um ecossistema digital propício à disseminação de suas ideias extremistas, configurando um contexto em que todos os envolvidos ganham. Porém, novamente nos parece ser um equívoco pararmos por aqui.

Dados são o novo petróleo – para além de Trump

O matemático britânico Clive Humby afirmou, em 2006, que “dados são o novo petróleo” – expressão que se popularizou, destacando que seu valor reside na capacidade de refiná-los para aplicações mercadológicas. A Inteligência Artificial (IA) surge como ferramenta essencial para esse processo, embora suas aplicações transcendam o viés comercial, assim como ocorreu com o petróleo.

Ao se falar de desenvolvimento de Inteligência Artificial, automaticamente se está falando na necessidade de geração, fluxo, armazenamento e processamento de dados. Em um contexto em que existe um oligopólio transnacional tecnológico, no qual os serviços ofertados pelas *Big Techs* reúnem bilhões de usuários que geram dados por meio das mais distintas atividades 24 horas por dia, todos dias do ano, essas companhias se revestem de uma imensa importância estratégica.

Do celular usado para despertar pela manhã, passando pelo seu bom dia para a *Alexa* ou para a pessoa amada via WhatsApp, pela rota definida no GPS do carro para ir trabalhar, pelos *e-mails* trocados no expediente, pela busca inocente no Google, pelas suas interações no Instagram, Facebook ou TikTok, até o monitoramento do seu sono, uma quantidade imensurável de dados é gerada, transportada, armazenada e processada pelos serviços desses conglomerados tecnológicos.

Enquanto esses dados oriundos da rotina moderna alimentam algoritmos que influenciam desde hábitos de consumo até percepções sociais, seu volume, aplicabilidade e importância transcendem a esfera individual, convertendo-se em um pilar estratégico de poder global. A capacidade de processar e utilizar essas informações em escala define não apenas a eficiência de serviços cotidianos, mas também o equilíbrio geopolítico em áreas críticas como segurança, economia e inovação. É nesse contexto que dados e Inteligência Artificial se tornam capacidade estratégica em disputa, expondo a imprescindibilidade de olhar para o tema sob o crivo da reflexão dos interesses tecnológicos, governamentais e geopolíticos em um mundo cada vez mais tecnologicamente oligopolizado.

Eric Schmidt, ex-CEO do Google e presidente da Comissão de Segurança Nacional em IA, [alertou em 2020](#) sobre os riscos à segurança global diante do avanço chinês no desenvolvimento de IA, defendendo maior colaboração entre o governo estadunidense

e as *Big Techs* para manter a competitividade dos EUA. Em 2021, [Schmidt reforçou](#) que a China, embora parceira comercial, é uma competidora tecnológica estratégica, com um plano sistemático para ampliar sua influência global por meio de espionagem, aquisição de talentos e investimentos em IA.

Ele criticou o uso chinês da IA como ferramenta de controle social e repressão, exportando um modelo tecnoautoritário que ameaça valores democráticos. Schmidt destacou a necessidade de EUA e aliados desenvolverem tecnologias seguras e estáveis, baseadas em valores democráticos, por meio de cooperação internacional e parcerias entre governos, setor privado e academia. Essa colaboração, segundo ele, seria uma vantagem assimétrica contra o autoritarismo digital chinês.

Apesar de possíveis conflitos de interesse, devido à sua ligação com o setor privado, as afirmações de Eric Schmidt se alinham com a importância atribuída à tecnologia e à cooperação público-privada expressas nas Estratégias Nacionais de Segurança (NSS, na sigla em inglês) dos EUA de [2017](#) e [2022](#). A NSS 2017 destaca a necessidade de priorizar tecnologias como Inteligência Artificial, ciência de dados e computação avançada para garantir crescimento econômico e segurança nacional, incentivando a colaboração entre governo, academia e setor privado. O documento alerta para os riscos à segurança nacional decorrentes do uso de IA por concorrentes, como a China, que combina dados e análise preditiva para ampliar sua influência.

A NSS 2022 enfatiza a importância da liderança tecnológica dos EUA e de seus aliados, propondo a construção de um ecossistema internacional que promova o livre fluxo de dados, proteja a privacidade e combata o autoritarismo digital. O documento também destaca a necessidade de investimentos em infraestrutura digital, inclusive em países de baixa e média renda, para reduzir divisões digitais e garantir padrões de segurança e interoperabilidade.

A [Ciberestratégia Nacional de 2023](#) complementa essas diretrizes, destacando a colaboração entre governo e setor privado para garantir a segurança e a evolução no tocante à IA, considerada essencial para a manutenção da vantagem cibernética dos EUA. Como visto, independentemente de republicanos ou democratas no poder, a importância estratégica do desenvolvimento em IA é constante. Isso indica a existência de uma política de Estado, que tem que lidar com as repercussões públicas, quando flagrantes violações de direitos individuais são reveladas.

O consenso com relação à preocupação com IA e com o antagonismo chinês ganhou uma nova camada com a repercussão do lançamento da DeepSeek, uma Inteligência Artificial desenvolvida por uma *startup* chinesa homônima. Os resultados alcançados com o uso da DeepSeek impressionaram, ao conseguirem um desempenho global de ponta com *chips* menos avançados em comparação aos concorrentes estadunidenses – uma resposta positiva às sanções impostas a empresas chinesas pelo governo dos EUA, em relação à aquisição de *chips* de última geração.

Uma das consequências do surpreendente desempenho da DeepSeek foi uma perda de US\$ 600 bilhões em valor de mercado das ações da Nvidia. A perda destaca as incertezas quanto à possível vulnerabilidade das empresas que construíram seus modelos de negócio com base em *hardware* caro como pilar do desenvolvimento de IA, uma vez que a alternativa da DeepSeek, por meio de soluções de IA orientadas por *software*, exigiria, a longo prazo, investimentos menores em *hardware*.

O avanço da DeepSeek e de tecnologias similares de IA também se relaciona diretamente com iniciativas como o [Project 2025](#), uma estratégia abrangente proposta por conservadores nos Estados Unidos para reformular políticas governamentais e prioridades tecnológicas. O Project 2025 enfatiza a necessidade de os EUA manterem sua liderança global em IA, investindo em infraestrutura tecnológica e promovendo parcerias público-privadas para acelerar a inovação. Nesse contexto, a DeepSeek pode ser vista como um exemplo de como a concorrência internacional, especialmente da China, é real e impõe a necessidade de os EUA adotarem uma postura mais assertiva e veloz no desenvolvimento e na regulamentação de IA.

Para além do cenário propositivo, em 23 de janeiro de 2025, o presidente Donald Trump assinou a Ordem Executiva (OE) intitulada “[Removendo barreiras à liderança americana em Inteligência Artificial](#)”. Segundo os seus formuladores, essa OE visa a fortalecer a posição global dos EUA em IA, ao revogar políticas anteriores consideradas obstáculos à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, a despeito de contradições éticas relativas ao risco de negligenciar debates fundamentais sobre privacidade, direitos civis e a democracia. Cabe ressaltar, a necessidade de diferenciação entre o discurso oficial que apresenta uma verdade por vezes idealizada, e outras, mascarada.

Para além do prazo de 180 dias para estabelecer um plano de ação para elaborar um conjunto de diretrizes e políticas que alavancem a competitividade dos EUA em IA, o primeiro ponto a se destacar é que a OE se propõe, primeiramente, a eliminar regulamentações e diretrizes que, segundo a administração, representam obstáculos ao desenvolvimento da IA nos Estados Unidos. No contexto dessa diretriz, a administração Trump se propõe a revisar o arcabouço regulatório vigente, especificamente a “[Ordem Executiva sobre o Desenvolvimento e uso seguro, protegido e confiável da Inteligência Artificial](#)”, emitida por Biden, que estabelecia regras mais rígidas para o desenvolvimento ético e responsável da IA. Ao revogar regulamentações anteriores, o novo governo demonstra uma preocupação unilateral com a competitividade, ignorando os impactos sociais.

Outra diretriz a ser ressaltada é a que estabelece a criação de um plano de ação para sustentar e aprimorar a liderança global dos EUA em IA. O objetivo declarado é garantir que o país continue competitivo, promovendo o “florescimento humano” por meio de inovações tecnológicas e preservando a segurança nacional. Esse plano de ação busca coordenar esforços entre agências governamentais, empresas privadas e universidades para impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias. Com isso, busca-se ampliar a colaboração entre diferentes setores da sociedade, gerando sinergias que possam acelerar a criação de soluções baseadas em IA.

Por fim, o documento estabelece a revisão e a identificação de políticas que possam ser inconsistentes com os objetivos de liderança em IA, o que implica uma reavaliação das regulamentações federais que governam o uso e o desenvolvimento de tecnologias baseadas em IA, como privacidade de dados, segurança cibernética e direitos trabalhistas. O impacto esperado dessa medida é a adaptação de um conjunto regulatório que seja mais alinhado com as necessidades do mercado tecnológico atual, favorecendo a inovação sem desconsiderar, segundo os formuladores, os impactos sociais da IA. No entanto, a revisão pode, também, significar a desregulamentação de áreas, a despeito dos riscos à população.

Nesse contexto, o governo anunciou iniciativas de investimento maciço para transformar o setor, destacando-se o [projeto Stargate](#). Com um investimento inicial declarado de US\$ 100 bilhões e a possibilidade de expansão para até US\$ 500 bilhões em um período de quatro anos, o projeto é fruto de uma *joint venture* entre gigantes tecnológicos e de investimento, como OpenAI, Oracle e SoftBank. Esse empreendimento intenciona estabelecer uma infraestrutura robusta de IA, centrada na construção de *data centers* de alta capacidade, iniciando sua operação no Texas. Além disso, conforme as informações divulgadas pelas empresas envolvidas, pretende criar, de forma imediata, mais de 100 mil empregos, “reforçando o compromisso dos EUA com sua liderança tecnológica global”.

No cerne do projeto, encontra-se a convergência entre investimentos públicos e privados. A aliança entre o governo, que fornece o ambiente regulatório e o suporte estratégico necessário, e os parceiros privados – na qual SoftBank compromete recursos financeiros expressivos, OpenAI aporta *expertise* operacional, e Oracle, conhecimento especializado em infraestrutura digital – ilustra uma abordagem colaborativa que pretende reduzir barreiras tradicionais ao desenvolvimento de tecnologias disruptivas. Essa sinergia é estratégica para superar os desafios impostos pelas demandas computacionais e energéticas crescentes, essenciais para o treinamento e a operação de modelos avançados de IA.

Além de fornecer a infraestrutura física imprescindível para a evolução da IA, o *Stargate* tem como intenção o desenvolvimento de aplicações com impacto direto em setores críticos, tais como saúde, defesa e energia. A importância estratégica do projeto *Stargate* também se evidencia no contexto da competição global, especialmente diante do desafio posto pela ascensão da China em IA. Ao anunciar este investimento maciço, a administração Trump sinaliza uma mudança de paradigma em relação às políticas anteriores, como as ordens executivas de seu antecessor Joe Biden, que impunham restrições e medidas de supervisão no desenvolvimento de IA. Com a revogação dessas medidas e o lançamento do *Stargate*, os Estados Unidos reafirmam sua intenção em se perpetuar na liderança da inovação tecnológica por meio de um ambiente que favorece a desregulamentação estratégica e a rápida expansão de infraestruturas críticas. O *Stargate* não é um projeto de “liderança”, mas um instrumento de hegemonia tecnológica que aprofunda divisões globais e ameaça a governança multilateral.

Além do projeto *Stargate*, os Estados Unidos têm implementado diversas iniciativas público-privadas que ambicionam acelerar o desenvolvimento e a aplicação de Inteligência Artificial em múltiplos setores estratégicos. Um exemplo marcante é a iniciativa “AI Next” conduzida pela [DARPA](#), que mobiliza recursos e *expertise* tanto de órgãos governamentais quanto do setor privado para explorar fronteiras da IA voltadas para defesa e segurança nacional. Esse programa tem-se concentrado no desenvolvimento de algoritmos avançados e na criação de sistemas autônomos capazes de realizar análises preditivas complexas, consolidando parcerias com universidades de renome e empresas tecnológicas para garantir a vanguarda em pesquisa e inovação. Essa articulação evidencia um compromisso com a inovação, mas também impõe reflexões críticas sobre os direcionamentos e as prioridades que, muitas vezes, privilegiarão aplicações militares em detrimento de potencialidades civis.

A DARPA – sigla para Agência de Projetos de Pesquisa Avançada em Defesa – é uma agência de pesquisa do Departamento de Defesa dos Estados Unidos e que foi respon-

sável por iniciativas pioneiras, como a criação da ARPANET, base da Internet, e o desenvolvimento de tecnologias que revolucionaram a comunicação e a geolocalização. Contudo, a promoção da inovação em um ambiente, onde a tecnologia é frequentemente direcionada pelos imperativos de segurança nacional, resulta em importantes questionamentos éticos no seu processo de desenvolvimento e nas suas posteriores aplicabilidades.

Em paralelo, o [Departamento de Energia dos EUA](#) (DOE, na sigla em inglês) tem estabelecido parcerias estratégicas com gigantes da tecnologia como IBM e NVIDIA, entre outros, para o desenvolvimento de infraestrutura de computação *exascale*. A computação *exascale* é a capacidade dos supercomputadores de realizar um quintilhão de cálculos por segundo, o que os torna extremamente poderosos. Isso permite resolver problemas complexos, como simulações do clima e pesquisas médicas, processando enormes volumes de dados muito rapidamente.

Essa iniciativa, que envolve investimentos bilionários em *data centers* e sistemas de refrigeração e energia, é crucial para atender às intensas demandas computacionais dos modelos de IA mais avançados. A colaboração entre o DOE e o setor privado não só potencializa a capacidade de processamento dos Estados Unidos, mas também impulsiona pesquisas em áreas como modelagem climática, saúde e energia sustentável, complementando os esforços observados no projeto *Stargate*.

Outro pilar importante na estratégia de desenvolvimento de IA nos Estados Unidos é o [Centro Conjunto de Inteligência Artificial](#) (JAIC, na sigla em inglês), do Departamento de Defesa, que tem promovido colaborações entre o governo, a indústria e instituições acadêmicas. O JAIC concentra seus esforços na implementação de sistemas de IA que aprimorem as capacidades de defesa, incluindo o desenvolvimento de tecnologias autônomas, análises preditivas e soluções robustas de cibersegurança. Conforme seus idealizadores, essas parcerias público-privadas no setor de defesa, além de reforçarem a capacidade militar dos EUA, ainda criam um ambiente propício para a transferência de tecnologia e inovação para outras áreas da economia.

Entretanto, embora tais iniciativas representem um avanço significativo na corrida tecnológica, elas também suscitam críticas quanto à concentração de poder e ao risco de desregulamentação excessiva. A dependência de investimentos bilionários e a forte colaboração com grandes corporações reafirmam uma centralização dos recursos e do controle tecnológico, o que, por sua vez, deve conduzir à reflexão quanto a questões sobre a privacidade dos dados, os impactos sociais e as violações das soberanias nacionais.

Liberdade para um movimento duplamente estratégico

Ante os fatos percorridos até aqui, é possível afirmar que a dinâmica das megacorporações tecnológicas, em sua adaptação às novas configurações do poder global, não é uma mera resposta passiva a um novo ambiente pró-desregulamentação, mas sim um movimento estratégico no tabuleiro geopolítico. A aparente flexibilização das pressões regulatórias sobre as *Big Techs* revela, antes de tudo, um realinhamento estratégico entre Estado e capital na corrida pela hegemonia da Inteligência Artificial. Sob os mantos retóricos da liberdade de expressão e da inovação livre, esconde-se um projeto de poder: a ampliação deliberada da autonomia corporativa objetiva assegurar a primazia estadunidense na definição dos padrões técnicos globais, reafirmando uma arquitetura de dominação que subordina nações e concentra recursos em escala sem precedentes.

Não se trata aqui de liberdade isonômica ou mesmo igualitária, mas de uma liberdade seletiva, articulada para acelerar o movimento de acumulação exponencial de capital e aprofundar a assimetria entre os detentores das assimétricas capacidades tecnológicas e financeiras. O que emerge não é fruto da mão invisível do mercado ou do purismo ideológico, muito pelo contrário — as mudanças anunciadas acabam por desnudar a atuação sinérgica de forças que se articulam pelo acúmulo de poder e capital. Revela-se, assim, a natureza estrutural: a diferença abissal de capacidades tecnológicas entre países e entre corporações não é falha de percurso, mas condição indispensável ao estabelecimento de uma ordem mundial.

A narrativa da tecnologia como força neutra e equalizadora desvela-se, neste contexto, como utopia. Sob o véu do progresso técnico, operam-se mecanismos de dominação, vigilância e controle que, por meio de algoritmos, convertem nossa ilusão de liberdade em recursos ao poder. A neutralidade é miragem: a Inteligência Artificial, longe de ser ferramenta universal, materializa-se como instrumento de poder que, por meio de sua utilização, definirá os termos da nova ordem e os contornos de uma hierarquia interestatal que poderá ser ainda mais rígida.

Neste tempo interseccional entre o velho e o novo, as *Big Techs* não são meras executoras, mas atores geopolíticos, cuja liberdade de ação expandida serve aos desígnios duplos do Estado: assegurar a primazia tecnológica estadunidense em relação à China e recompor, no plano interno, a aliança orgânica entre capital financeiro e poder estatal. O que está em jogo não é a eficiência dos mercados e muito menos a liberdade de cada um nós de se expressar, mas a reconfiguração do poder em um mundo onde dados e algoritmos progressivamente se unem a tanques, caças, drones e toda sorte de comissário tecnológico da guerra, mas também influenciam cada vez mais mentes e corações.

A contradição, porém, persiste: quanto mais essa dinâmica se assevera, mais o sistema interestatal capitalista se aproxima de um ponto de ruptura, no qual a concentração oligopolista desafia a própria noção westfaliana de soberania. A fábula da tecnologia libertadora desaba ante a evidência crua: em vez de equalizar, polariza; em vez de emancipar, subjuga. E, nesse movimento, o mito da neutralidade em defesa da liberdade se revela não como erro de percepção, mas como alucinação ideológica.

* Primeira revisão: [Simone Gondim](#). Contato: simone.gondim.jornalista@gmail.com. Revisão e edição finais: [Tatiana Teixeira](#). Primeira versão recebida em 17 jan. 2025. Este **Panorama EUA** não reflete, necessariamente, a opinião do **OPEU**, ou do **INCT-INEU**. Uma primeira versão deste texto foi publicada no site [The Conversation Brasil](#), em 20 mar. 2025.

** Sobre o OPEU, ou para contribuir com artigos, entrar em contato com a editora **Tatiana Teixeira**, no e-mail: tatianat19@hotmail.com. Sobre as nossas *Newsletters* e para atendimento à imprensa, entrar em contato com **Tatiana Carlotti**, no e-mail: tcarlotti@gmail.com.

Siga o [OPEU](#) no [Instagram](#), [Twitter](#), [Linkedin](#) e [Facebook](#)
e acompanhe nossas postagens diárias.

Comente, compartilhe, envie sugestões, faça parte da nossa comunidade.

Somos um observatório de pesquisa sobre os EUA,
com conteúdo semanal e gratuito, sem fins lucrativos.